

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA: DESAFIOS DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

No contexto atual da educação brasileira, a avaliação assume um campo de extrema relevância no cenário das políticas educacionais atuais. Em uma perspectiva local, o Sistema de Avaliação de Educação Pública Municipal de Vitória (SAEMV), instituído pela Lei 8.051/10, configura-se como um instrumento de gestão da educação voltado à autoavaliação permanente das políticas educacionais do município. Cabe assinalar que a elaboração desse documento contou com a participação da comunidade escolar e de órgãos do governo municipal, envolvendo diversos momentos que sistematizaram discussões com os profissionais da educação que atuam nas Unidades de Ensino (UE) e na Secretaria Municipal; com o Conselho Municipal de Educação; com o Fórum de Diretores; e com os cidadãos da sociedade civil em audiência pública na Câmara Municipal de Vitória (FERNANDES; GOBETE; SPINASSE, 2011, p. 7-8). Esse sistema se compõe com a avaliação institucional, as avaliações da aprendizagem (no âmbito de cada unidade de ensino) e as avaliações externas (em nível nacional e estadual).

Situando o foco deste texto no eixo que tematiza as **políticas de gestão e de avaliação**, compartilhamos a experiência vivenciada no processo de implementação do SAEMV, com a constituição do Grupo de Trabalho (GT) sobre avaliação institucional, desenvolvido no primeiro semestre de 2018, pela equipe de Coordenação de Avaliação Educacional¹ (COAE), ligada à Gerência de Planejamento e Avaliação da Educação (GEPLAN) que integra a Sub-Gerência de Gestão Educacional (SUB-GE) da Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória.

Como objetivo central, delimitamos a reorganização do processo de avaliação institucional das Unidades de Ensino (UE). E como objetivos específicos, buscamos construir coletivamente a metodologia de realização da avaliação institucional das UE e

¹ A Coordenação de Avaliação Educacional foi constituída oficialmente em abril de 2017 (Decreto nº 17.015) e iniciou o desenvolvimento do trabalho com três servidoras até julho de 2018. Atualmente, a equipe é formada por quatro servidoras efetivas do quadro do magistério da Rede Pública Municipal de Vitória, com atuação em EMEFs e CMEIs.

revisar os instrumentos a serem utilizados por essas unidades, no intuito de alinhar os elementos da gestão educacional que são o Diagnóstico, o Plano de Ação e a Avaliação Institucional.

No conjunto de nossos pressupostos teórico-metodológicos, concebemos a avaliação institucional em uma perspectiva formativa, a ser construída com os diferentes sujeitos no sentido de potencializar suas experiências e/ou redirecionar ou ressignificar ações e percursos. Embora a SEME seja o indutor inicial deste processo avaliativo, mais do que um levantamento de dados sobre as escolas, é importante que estes dados sejam reconhecidos como pertencendo às mesmas.

Assim, os protagonistas efetivos desta avaliação devem ser os atores sociais da educação, o que pressupõe a legitimidade técnica e política da avaliação. Nesse posicionamento, o GT foi constituído com a participação de UE e setores da SEME, além de representantes do Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV) e do Fórum Municipal de Educação de Vitória (FMEV).

No percurso metodológico, em relação às UE, o GT contou com 10 unidades com a participação do/a diretor/ra, do/a pedagogo/a e de um/uma representante² do Conselho de Escola. Como critérios para definição das UE foram considerados o envio do levantamento sobre a avaliação institucional de 2017; a participação no Fórum de Avaliação do Sistema; o envio do Plano de Ação no período de 2014 a 2017. Além desses aspectos, buscou-se contemplar todas as regiões administrativas do município e ainda as diversas características das UE do sistema municipal de ensino de Vitória. Quanto aos/às integrantes das Equipes da SEME, foram 9 participantes das diferentes gerências, coordenações e setores, contando ainda com 4 representantes do FMEV e 4 do COMEV.

No que se refere à metodologia do GT, foram realizados 6 encontros semanais às terças-feiras de 13h30 as 17h30, no período de junho a agosto, com pauta definida no encontro anterior. Os trinta minutos finais de cada reunião foram reservados para registro dos

² Embora tenham sido convidados representantes dos estudantes, não houve participantes desse segmento.

consensos do grupo e para encaminhamentos do encontro seguinte, cuja síntese/memória foi encaminhada por e-mail a todas/os as/os participantes.

Diante das demandas planejadas para o GT, dentre os resultados alcançados, em uma perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2011), foi possível construir coletivamente propostas de metodologia para a realização da avaliação institucional das UE, garantindo que as especificidades de cada contexto pudessem pautar diferentes percursos nesse processo avaliativo, uma vez que, no conjunto de suas nuances, o processo avaliativo requer ações formativas que dialoguem com seus diferentes movimentos, constituindo, assim, percursos diferenciados (VIEIRA; CÔCO, 2018).

Nesse sentido, o GT apresentou como proposta de metodologia momentos diferenciados. Aquele que antecede a avaliação, considerado como oportunidade para o levantamento e as discussões coletivas sobre os dados; o dia específico, previsto em calendário, para análise coletiva com a comunidade e sistematização da avaliação institucional; e após esse momento, a elaboração de uma síntese analítica dos resultados dessa ação avaliativa como forma de subsidiar as ações subsequentes.

A revisão dos instrumentos avaliativos ocorreu ao longo dos encontros em subgrupos, sendo analisados e discutidos os 50 indicativos do instrumento relacionado aos Centros Municipais de educação Infantil (CMEIs) e os 52 indicativos referentes ao contexto das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), ambos correlacionados às cinco dimensões: I- Gestão Democrática, Dimensão II- Currículo, práticas pedagógicas, avaliações e interações, III- Condições de Acesso e Permanência, IV- Espaço Físico, Mobiliário, Equipamentos e Materiais, V- Formação e Condições de Trabalho das/os Professoras/es e Profissionais da Educação. Foi elaborado também um roteiro com o detalhamento dos indicativos previstos em cada dimensão que foi compartilhado com as demais UE, seguidos das orientações metodológicas consensuadas nas discussões.

No intuito de articular os instrumentos da gestão educacional que são o Diagnóstico, o Plano de Ação e a Avaliação Institucional, as discussões no GT permitiram chegar a um alinhamento em que as dimensões para a elaboração do plano de ação e da avaliação institucional fossem as mesmas. Na sequência, conforme calendário escolar, o dia 26 de outubro foi dedicado à realização/sistematização da ação avaliativa das 103 UE. Cabe

assinalar que os resultados da avaliação institucional constituem base para a realização do Fórum Municipal de Avaliação³ que acontece anualmente, sendo um espaço importante de sistematização desse processo.

Nos meses seguintes, de acordo com as orientações da COAE/GEPLAN, as UE postaram no Sistema de Gestão Escolar (SGE) os resultados desse processo avaliativo. Dentre as 103 UE da rede municipal de Vitória, constatamos que 81 (79,7%) realizaram a inserção dos resultados qualitativos e quantitativos no SGE, possibilitando uma visão da avaliação da qualidade da educação do município.

Ao compartilharmos a sistemática de trabalho desenvolvida no GT, destacamos como avanço a articulação de diferentes sujeitos em prol da construção coletiva de possíveis caminhos para a realização da avaliação institucional numa dimensão participativa. Reconhecemos, entretanto, que alguns desafios permanecem em seu acompanhamento e implementação para 2019. Dentre esses, assinalamos a construção de metodologias que possibilitem maior participação das famílias/responsáveis e de estudantes; a realização de processos de formação continuada priorizando a temática da avaliação institucional; a consolidação de uma cultura de avaliação nas UE e nos setores da SEME; a consideração, no instrumento, das especificidades das UE de tempo integral; e a apresentação, para análise e discussão coletiva, da sistematização dos dados da avaliação institucional no Fórum Municipal de Avaliação.

Em meio às conquistas e desafios dessa vivência, pretendemos continuar esse trabalho no sentido de que a avaliação constitua-se em uma prática permanente voltada para a produção, consolidação, sistematização, interpretação/análise e divulgação de dados que possam subsidiar tanto a elaboração de políticas educacionais, quanto o controle social da educação.

3 O Fórum Municipal de Avaliação é uma realização do COMEV em articulação e com a participação da Secretaria de Educação e atende ao disposto no artigo 32 da Resolução COMEV Nº 07/08 e artigo 2º da Resolução COMEV Nº 03/15.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERNANDES, Caroline Falco Reis; GOBETE, Girlene; SPINASSE, Nubia Faria. Sistema de avaliação da educação pública municipal de Vitória: uma experiência em construção. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, n., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0094.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2014.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; CÔCO, Valdete. Avaliação e qualidade: diferentes percursos na Educação Básica. **Roteiro**, v. 40, p. 127 - 148, 2015. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/4291>>. Acesso em 15 set. 2018.

VITÓRIA. **Lei n.º 8.051, de 22 de dezembro de 2010**. Vitória, 2010. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/consulta.cfm?id=171640>>. Acesso em: 26 nov. 2013.